

## A IMPORTÂNCIA DA ANTROPOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Davi de Oliveira da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

A formação de professores no Brasil é um campo em constante disputa, no qual alguns saberes são valorizados em detrimento de outros. O presente trabalho problematiza a importância do ensino de Antropologia na formação docente, a partir de uma discussão histórica, almejando, desse modo, repensar a história da Antropologia brasileira, destacando o lugar que ela ocupou no processo de formação de professores no Brasil. O método utilizado foi o estudo bibliográfico, que teve como referenciais teóricos, alguns autores que desenvolveram estudos acerca desta temática, oferecendo assim subsídios para compreender a relevância da Antropologia na Formação Docente. Dessa forma, concluiu-se que a Antropologia da Educação, além de ser indissociável entre teoria e prática no processo da construção do conhecimento, indica possibilidades reais tanto no campo científico, quanto no campo social, buscando principalmente a transformação positiva da sociedade.

Palavras-chaves: Ensino de Antropologia. Antropologia da Educação. Formação docente.

### Abstract

Teacher education in Brazil is a field in constant dispute, in which some knowledge is valued at the expense of others. This paper discusses the importance of teaching Anthropology in teacher education, based on a historical discussion, thus aiming to rethink the history of Brazilian Anthropology, highlighting the place it occupied in the process of teacher education in Brazil. The method used was the bibliographical study, which had as theoretical references some authors who developed studies on this theme, thus offering subsidies to understand the relevance of Anthropology in Teacher Education. Thus, it was concluded that the Anthropology of Education, in addition to being inseparable between theory and practice in the process of knowledge construction, indicates real possibilities both in the scientific field and in the social field, mainly seeking the positive transformation of society.

**Keywords:** Anthropology Teaching, Anthropology of Education, teacher training.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduação em Matemática e Física

Mestrando em Ciências em Educação: Corporation Universitaria de Humanidades e Ciencias Sociales de Chile. Barreirinha AM, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2384981587497809>  
e-mail: [davidsilva712016@gmail.com](mailto:davidsilva712016@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Discutir o Ensino de Antropologia no Brasil nos remete a uma história que se principia no século passado, quando essa disciplina surgiu como cátedra de Antropologia Pedagógica nos cursos de formação de professores nas chamadas Escolas Normais (OLIVEIRA, 2013), o que antecedeu a criação dos cursos de Ciências que só surgiram na década de 1930, inaugurando uma tradição intelectual que perdura até hoje na qual a formação em nível de graduação na área de Antropologia passa a se realizar principalmente junto a tais cursos, articulando-se com a Sociologia e a Ciência Política.

Ainda que devamos reconhecer que a divisão disciplinar nesse período ainda era incipiente (MICELI, 1989), há de se considerar que a Antropologia surgia enquanto ciência no Ensino Superior já lastreada por um acúmulo de conhecimento que se originara das investigações realizadas, via de regra, por pesquisadores autodidatas nesse campo, como Nina Rodrigues (1862- 1906) e Roquette-Pinto (1884-1954) dentre outros, uma das poucas exceções nas primeiras décadas do século XX foi Gilberto Freyre que realizara estudos de pós-graduação na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos (PALLARES-BURKE, 2005).

A palavra interface se faz presente em minhas preocupações com a ciência antropológica desde muito tempo (Gusmão, 1997). Tal palavra tem por significado estabelecer um campo de trocas, de intercomunicação ou de ação mútua, como informa qualquer dicionário. A base desses processos está dada pela interação entre coisas diversas, vale dizer que não são iguais ou de mesma natureza. É disso que se trata quando pensamos em relações possíveis entre dois campos de conhecimento: a antropologia e a educação. Campos que diferem em seus princípios e também em seus pressupostos centrais, cujo movimento de intercomunicação e troca supõe a crítica constante e a revisão permanente dos próprios passos. Por esta razão, falar em diálogo entre campos diversos de conhecimento é também falar de possíveis conflitos e riscos. É falar de um contexto tensional que desafia o fazer antropológico, sua prática e seu suporte teórico, quando transita como campo de conhecimento a outro, numa região de fronteira.

Compreender o processo do desenvolvimento profissional dos docentes, possibilita constatar que muitas das pesquisas enfatizam o professor em exercício, atenuando as relações

entre a teoria e a prática, que são campos obrigatórios na formação dos que educam, pesquisam, sendo antropólogos ou educadores.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. A Antropologia na Educação**

Qualquer grupo social tem necessidade de transmitir conhecimento e saberes de modo a garantir a continuidade da sua cultura e promover a reprodução social (ITURRA, 1996). Para tal, é preciso criar mecanismos que permitam essa reprodução. (Re)produção de conhecimentos e (re)produção de identidades (VIEIRA, 2011). O sistema educativo surge, nas sociedades ocidentais, com esse propósito. Mas o facto de se verificar que a cultura hegemónica destas sociedades dá maior importância ao conhecimento transmitido pelas escolas do que ao conhecimento transmitido e (re) apreendido noutros contextos culturais não significa que estes últimos não devam ser, também, estudados para compreendermos a construção das pessoas que vivem, cada vez mais, entre diversos mundos culturais que permeiam as próprias culturas pessoais, reconstruídas numa constante bricolagem identitária. Consideramos, pois, a Antropologia da Educação como o estudo dos processos educativos ou, mesmo, o estudo de como os humanos aprendem, seja na escola, na família, na rua ou em toda a sua trajetória social, bem como, também, o estudo da constante e conseqüente (re)construção das identidades pessoais (VIEIRA, 2009).

A educação não remete apenas para a escola, como tantas vezes se esquece. Se o sentido corrente da palavra Educação e as próprias Ciências da Educação, tantas vezes, remetem o ensino e a aprendizagem para o domínio das aulas e das escolas, a verdade é que a Antropologia há muito faz notar que a escolarização dá a crianças e jovens apenas um pequeno contributo para a inculturação e a construção identitária. “Aprender, recordar, falar, imaginar, tudo isto é possibilitado através da construção numa cultura” (BRUNER, 2000). E a criança não cai de paraquedas na escola. A criança que chega à escola já tem todo um percurso de construção cultural que lhe dá um entendimento para a vida e uma epistemologia com a qual se senta como aluno nas cadeiras da escola (ITURRA, 1990).

Assim, a Antropologia da Educação que aqui preconizo não se resume, apenas, ao uso da etnografia em contextos educativos na escola, fora da escola, na família, nos tempos livres, etc. Com a Antropologia da Educação e suas metodologias hermenêuticas, pretendo compreender

também as metamorfoses culturais que ocorrem na vida das pessoas, em consequência das convergências e divergências dos trajetos de vida face à(s) cultura(s) de onde partem. Assumo, pois, a ideia já não exclusiva de uma antropologia das culturas, mas, também, de uma antropologia das pessoas, elas próprias processos culturais em auto e heteroconstrução/reconstrução de si mesmas e da imagem que dão para os outros.

Deste modo, a Antropologia da Educação aqui preconizada assenta num paradigma essencialmente interpretativo, semiológico e hermenêutico, em que a etnografia; a entrevista etnográfica e etnobiográfica; as (auto)biografias; a autorreflexão; os diários e as histórias de vida são vias fundamentais para compreender os processos educativos, de enculturação, aculturação e transmissão cultural, bem como a (re) construção identitária. Não se trata, pois, de procurar a causa das coisas educativas ou de fazer previsão ao modo do positivismo reducionista.

No campo educacional é inegável que a Antropologia tenha contribuído, principalmente, no que diz respeito a uma aproximação do saber/fazer antropológico e de seu aparato teórico-metodológico em pesquisas educacionais e práticas pedagógicas. O diálogo com a Antropologia acontece na busca por fontes diversas e objetos específicos para tratar o fenômeno educacional em situações locais, regionais e com suas problemáticas próprias. Logo, ocorre a ampliação do olhar que concede ao professor a oportunidade de observar seu aluno com outras lentes, conforme Dauster (2003) relata no trabalho *Um saber de fronteira – entre a antropologia e a educação*, pois terá condições para analisar e valorizar a heterogeneidade e a diversidade sociocultural, de maneira que abandone a postura etnocêntrica que faz do “diferente” um inferior e da diferença uma “privação cultural”.

O ensino de antropologia na formação de professores entre estudantes de licenciaturas é notório a expectativa depositada em aprender a ensinar por meio de seus cursos de graduação. Isso não significa que estejam à espera de alguma receita ou metodologia exclusiva, mas de caminhos para as questões que o cotidiano escolar lhes coloca. Desde a escolha pelo curso até o início das práticas pedagógicas ou estágios, acompanha-lhes um conjunto de representações acerca da escola que vivenciaram e de perspectivas de futuro. Convivem com as ideias de que ser professor(a) da educação básica é uma escolha pouco privilegiada em nosso país, em função de baixos salários frente à significativa carga horária de trabalho, currículos pouco flexíveis, entre outros fatores.

No nosso entendimento esta percepção dialoga com os contrapontos propostos pelas metáforas do dédalo e do labirinto descritos por Ingold(2015), que apresenta dois percursos para pensarmos a educação e, no caso em discussão, as possibilidades da formação de professores. Numa perspectiva de educação em que se tem um ponto de partida e outro de chegada traduzida na imagem do dédalo, evitando se desviar de um caminho previamente traçado ou de se perder em um labirinto (INGOLD, 2015) capaz de abrir múltiplos caminhos e perspectivas de ser professor e de sua formação, ultrapassando esta perspectiva mais tradicional de formação, conforme explica Ingold: entre o navegar no dédalo e vagar no labirinto está toda a diferença entre os dois sentidos da educação [...] por um lado a indução (trazer para dentro) do aprendiz as regras e representações, ou aos “mundos intencionais” de uma cultura, por outro a exdução (levar para fora) do aprendiz no próprio mundo, conforme ele se lhe apresenta através da experiência (INGOLD, 2015).

O Parecer 09 do Conselho Nacional de Educação, de 2001, acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena destacou um esforço de pesquisadores, sistemas de ensino e instituições de educação escolar na busca pela superação de um formato tradicional da formação de professores. Dentre os aspectos não-satisfatórios apresentados no documento estava a dificuldade de se promover planejamentos educacionais voltados a um desenvolvimento sustentável e a superação de desigualdades sociais.

Assim, dentre as características do trabalho docente que se pretendia promover, a partir do Parecer 09/2001, estavam:

- orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- desenvolver práticas investigativas;
- elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, 2001).

### 2.1.1. Antropologia e a formação docente

A Antropologia tem ampliado seu círculo de influência e intensificado sua presença em outros cursos, dentre os quais, os de Pedagogia ou de formação de professores, bem como nas pesquisas educacionais que se dizem de “cunho etnográfico”. Mas enfrenta ainda um desafio: o de se fazer compreender como ciência específica e, ao seu método e suas noções, como ferramentas de suportes teóricos também específicos. Porém, a Educação não conta – ou conta mal – com a compreensão do método investigativo da Antropologia, com procedimentos próprios e reconhecidos. Esta, a contradição de um tempo que não é apenas fruto da institucionalização de certo modo mais tradicional de educar, mas resulta de concepções pouco receptivas e pouco flexíveis a respeito do que seja conhecimento e do que seja ciência, num campo e noutro (GUSMÃO, 2013).

Dessa constatação, impõe-se a necessidade de levar alunos a refletir para além dos muros da escola, a construir outro olhar sobre esse espaço, a alargar a compreensão dos processos educativos e dos problemas inerentes a um contexto de marcada pluralidade cultural, como é o caso brasileiro. Dimensão com que este Dossiê espera contribuir, na medida em que a Antropologia, desde sempre, tem refletido sobre a diversidade humana e buscado um lugar de onde, podendo compreendê-la, se instaure um campo de direitos e de cidadania, no sentido atual do termo.

Qual seria, portanto, a proposta da Antropologia na formação de professores? A reforma do ensino que implantou a LDB colocou-nos, como educadores, diante do desafio de formar um profissional da educação familiarizado, cada vez mais, com a diversidade dos modos de construir e viver a vida, numa sociedade que não é apenas plural, mas é também hierarquizada, marcada por contradições e conflitos. Nesse sentido, impõe-se, na teoria e na prática, definir e significar o que se entende por cultura e quais os mecanismos pelos quais ela opera a realidade social. Contudo, por sua polissemia, pelos entendimentos por vezes equivocados, o momento atual é crucial para a própria Educação em dois sentidos: no tocante ao campo científico da Antropologia, que remete à historicidade da noção de cultura e à interpretação legal da mesma noção, no âmbito dos aparatos legais que regem as políticas educativas no caso brasileiro.

O debate não é de simples solução, seja na dimensão organizada de atuação política de antropólogos que estão em busca de caminhos, seja na prática cotidiana do professor na sala de

aula, na qual entra em questão a sua própria formação. É este o ponto que coloca a experiência antropológica como ciência que oferece um diferencial a mais na formação do pedagogo como educador e pesquisador; e também oferece o mesmo diferencial em relação ao próprio antropólogo ou cientista social, quando reconhece a Educação como fundamental na formação de todo e qualquer cidadão. Aqui os aportes da Antropologia se tornam imensamente significativos, antes de tudo porque permitem compreender a valiosa contribuição dessa área para a reflexão crítica dos processos educativos, da escola e das políticas educativas que movimentam contextos históricos concretos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica, pois busca fontes de dados e registros disponíveis resultantes de pesquisas por meio impresso ou digital, como teses, dissertações e artigos científicos. Tais textos constituem fontes de dados onde o pesquisador utiliza em seu trabalho, apresentando categorias teóricas já trabalhadas (Severino, 2007)

Configurou-se como descritivo, já que não foi realizada pesquisa de campo para corroborar subsídios alcançados, pelo contrário, foram analisados trabalhos já realizados por pesquisadores, a fim de comparar dados e confrontar informações.

A princípio fez-se um levantamento dos autores que estudaram conceitos e materiais de acordo com a temática, selecionando dessa forma as produções mais significativas. Estes trabalhos foram analisados criteriosamente, adotando o rumo em que a pesquisa iria percorrer, definindo a identidade e conceitos desenvolvidos.

### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

A antropologia é hoje fonte inspiradora de práticas de pesquisa e ensino que se realizam fora do campo de sua tradição. Dimensionar seu aparato teórico e metodológico no fazer de outros campos e áreas de saber, além de implementar o diálogo interdisciplinar, é uma tarefa que expõe a situação curricular em que a antropologia é inserida, em diferentes cursos e áreas de conhecimento (GUSMÃO, 2009).

O desafio de “fazer-fazendo”, de “aprender e ensinar”, enquanto “ensina e aprende” consiste em esforços de “re-unir” teoria e prática, ensino e aprendizagem, quando se fala em educação. Não qualquer educação, mas educação como processo que, inerente à condição

humana, transfigura-se numa condição específica e escolarizada nas chamadas sociedades de classe – sociedades de marcada hierarquia e desigualdades, como é o caso da sociedade brasileira. Contudo, processos educativos ocorrem em meio à vida vivida, como parte das relações humanas que não se restringem ao espaço da escola, como é suposto em sociedades como a nossa. E, nesse sentido, é que se podem pensar as possibilidades de uma antropologia da educação ou as relações entre antropologia e educação.

A antropologia brasileira tem, cada vez mais, maior relevância e significado no estudo da “vida social do país, sobretudo das camadas, populações e segmentos urbanos” e, também, de outros espaços e segmentos, de modo a ser uma interlocutora privilegiada em termos de políticas sociais e públicas. A antropologia é uma ciência do “fazer-fazendo”, que se constrói pela crítica constante de seus próprios passos, uma ciência que “aprende-e-ensina”, ao mesmo tempo que “ensina-e-aprende”. Por essa razão coloca-se como mais valia no campo educacional, desafiada pela ruptura entre ensino e aprendizagem, seja dos que ensinam, seja dos que aprendem. (GUSMÃO, 2009).

Vieira (1999) afirma que a disciplina Antropologia da Educação é, ainda, fundamental para todo e qualquer sujeito que pretenda ser professor, independente do ramo de ensino. Na formação pessoal, social e profissional do docente, do ser professor, a necessária comunicação intercultural que possibilite o diálogo “entre todos os protagonistas do ato educativo: professores, alunos, famílias e comunidades” (Vieira 1999, pg.364).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A docência reflexiva, como postulada por Freire e Schön, se configura como um instrumento indispensável para a profissão docente e deve ser trabalhada durante sua formação no ensino superior. No entanto, mais do que apenas a preocupação com aspectos técnicos, formar docentes exige uma compreensão profunda das razões pessoais e sociais para a escolha do ofício e, sobretudo, o aprendizado dessa reflexão crítica sobre a prática docente e os diversos contextos em que tem lugar deve ser pautada também numa experiência prática, que exige a capacidade de avaliação, mas, principalmente, de autoavaliação. Ser capaz de avaliar e refletir sobre sua docência, mas também sua formação docente.

A antropologia constitui um dos eixos centrais da formação docente, que por sua vez irão ensinar nas escolas, porém, os modelos formativos precisam ser profundamente repensados, reforçando o diálogo entre as disciplinas, e a educação, de tal modo que no caso específico da Antropologia possamos pensar numa contribuição para a formação docente em Ciências Sociais que vá para além do ensino de teorias clássicas contemporâneas, que se estabeleça uma real articulação entre a prática de pesquisa etnográfica e a prática pedagógica.

A visão antropológica, então, vem nos propor um alargamento do olhar da educação como uma dimensão além escola. Apesar de existir dentro da própria Antropologia e uma linha sobre Educação, a formação do homem vai além de saber “formal”, o ambiente traz consigo aspectos formadores por si só. Um *locus* privilegiado para isso pode ser os próprios estágios supervisionados, já que constituem um espaço propício para o desenvolvimento de pesquisas na Educação Básica (OLIVEIRA, 2014).

Por fim há de se enfatizar que a discussão sobre a formação docente não deve se restringir às “disciplinas pedagógicas”, afinal a existência de uma disciplina como “Antropologia da Educação” não poderia concentrar toda a interface possível entre a Antropologia e a formação docente, o ensino de Teoria Antropológica, bem como de Antropologia brasileira também deve ser pensado como um espaço para a formação docente, de tal modo que se fomente uma discussão sobre como transformar esse conhecimento acadêmico em conhecimento escolar, e em como esse saber pode transformar a prática docente.

A escolha da antropologia e seu fortalecimento como área fundamental na formação de professores, conforme prescreve a legislação, pressupõe o reconhecimento dessa dimensão de profissionalização, de quadros institucionais e disciplinares organizados neste sentido, de investimentos e disposições individuais e coletivas para este aprendizado, que se inscrevem em um cenário por vezes pouco oxigenado da cultura universitária e pressupõe, obrigatoriamente, a já citada articulação entre a sala de aula como ambiente construído para disseminar o conhecimento científico em que os alunos não sejam percebidos como organismos isolados, mas como parte de um ambiente muito maior, no qual a formação em antropologia traga consigo a possibilidade de compreender diferentes regimes de conhecimentos, permitindo aos professores estar atentos às formas de produção, transformação e circulação de saberes que impactam a sala de aula, reconhecendo suas importâncias e valorizando-os no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001.
- DURHAM, Eunice. Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso. **Miriam Grossi et al. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, p. 221-242, 2007.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Entrelugares: antropologia e educação no Brasil**. Educação, v. 34, n. 1, p. 29-46, 2009.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Por uma antropologia da educação no Brasil**. Pro-Posições, v. 21, n. 2, p. 259-265, 2010.
- GUSMÃO, Neusa M. **Apresentação do dossiê formação docente para a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo entre Antropologia e Educação**. Pro-Posições, v. 24, n. 2, p. 17-25, 2013.
- ITURRA, Raúl. **Fugirás à escola para trabalhar a terra: ensaios de antropologia social sobre o insucesso escolar**. 1990.
- ITURRA, R. (Org.). **O saber das crianças**. Setúbal: ICE, 1996.
- INGOLD, Tim. **O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção**. Horizontes Antropológicos, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015.
- MICELI, Sergio. **Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais**. História das ciências sociais no Brasil, v. 1, p. 72-110, 1989.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre – um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- VIEIRA, Ricardo. **Identidades pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais**. Leiria, Portugal: Edições Colibri, 2009.
- VIEIRA, Ricardo. **Educação e diversidade cultural: notas de Antropologia da Educação**. Porto: Afrontamento, 2011.